

ATIVIDADES CULTURAIS INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

LUIZA MOREIRA

Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Professora do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do
Rio de Janeiro – CAp/UFRJ

JULIANA PERES

Mestre em Ciências da Atividade Física pela Universidade
Salgado de Oliveira – UNIVERSO

Resumo | Este trabalho teve por objetivo apresentar uma proposta de atuação que introduz a cultura indígena nas aulas de educação física. Esta temática se torna relevante por contemplar a Lei nº 11.645/2008, que estabelece a inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, no âmbito de todo o currículo escolar” (BRASIL, 2008). Organizamos as atividades culturais indígenas para turmas de terceiro ao quinto ano do ensino fundamental, destacando brincadeiras e jogos de matrizes indígenas. Consideramos necessário o investimento numa educação mais plural, e por isso, nosso trabalho tratou de construir uma proposta pedagógica possível para a efetividade de atividades da cultura indígena na educação física escolar.

Palavras-chave | Cultura indígena; Jogos Indígenas; Educação Física Escolar

INDIGENOUS CULTURAL ACTIVITIES IN SCHOOL PHYSICAL EDUCATION

Abstract | This paper aimed to present a proposal of action that introduces the indigenous culture in the classes of physical education. This theme becomes relevant because it contemplates Law 11.645 / 2008, which establishes the inclusion of the theme “Afro-Brazilian and Indigenous History and Culture, within the scope of the entire school curriculum” (BRASIL, 2008). We organized the indigenous cultural activities for groups from third to fifth year of elementary school, highlighting games and games

of indigenous matrix. We consider it necessary to invest in a more plural education, and therefore, our work tried to construct a possible pedagogical proposal for the effectiveness of indigenous culture activities in school physical education.

Keywords | Indigenous culture; Indigenous Games; School Physical Education

ATIVIDADES CULTURAIS INDÍGENAS EN LA EDUCACIÓN FÍSICA ESCOLAR

Resumen | Este trabajo tuvo por objetivo presentar una propuesta de actuación que introduce la cultura indígena en las clases de educación física. Esta temática se vuelve relevante por contemplar la Ley no 11.645 / 2008, que establece la inclusión de la temática “Historia y Cultura Afro-Brasileña e Indígena, en el ámbito de todo el currículo escolar” (BRASIL, 2008). Organizamos las actividades culturales indígenas para grupos de tercer a quinto año de la enseñanza fundamental, destacando juegos y juegos de matrices indígenas. Consideramos necesario la inversión en una educación más plural, y por eso, nuestro trabajo trató de construir una propuesta pedagógica posible para la efectividad de actividades de la cultura indígena en la educación física escolar.

Palavras-chaves | Cultura indígena; Jogos Indígenas; Educação Física Escolar

INTRODUÇÃO

Quando os europeus chegaram às Américas, classificaram e denominaram todos os habitantes encontrados nesse novo continente como ‘índios’ ou ‘indígenas’. A denominação imposta pelos colonizadores aos colonizados fez com que os diferentes povos, com suas etnias identificadas por outras denominações, costumes e culturas próprias, fossem reduzidos a um único grupo, sendo este apresentado como culturalmente inferior. Ainda podemos encontrar no imaginário social brasileiro esta percepção de relação de superioridade colonizadora, como nos aponta o primeiro índio mestre em antropologia social no Brasil.

Para muitos brasileiros brancos, a denominação tem um sentido pejorativo, resultado de todo o processo histórico de discriminação e preconceito contra os povos nativos da região. Para eles, o índio representa um ser sem civilização, sem cultura, incapaz, selvagem, preguiçoso, traiçoeiro etc. Para outros ainda, o índio é um ser romântico, protetor das florestas, símbolo da pureza, quase um ser como o das lendas e dos romances. (BANIWA, 2006, p.30)

Baniwa (2006) nos conta que a partir de movimentos indígenas organizados desde a década de 1970 no Brasil, este entendimento pejorativo do termo ‘índio’ foi necessariamente ressignificado e hoje é entendido como identidade multiétnica de todos os povos nativos do continente. “De pejorativo passou a uma marca identitária capaz de unir povos historicamente distintos e rivais na luta por direitos e interesses comuns. É neste sentido que hoje todos os índios se tratam como ‘parentes¹” (BANIWA, 2006, p.31).

Portanto, esse processo de ressignificação da palavra “índio” é parte fundamental do conteúdo “cultura indígena” a ser trabalhado em nossa sociedade e, mais especificamente, integrado no currículo escolar. A diversidade de línguas e culturas existentes nos diversos grupos indígenas brasileiros e no restante do mundo são conteúdos que atualmente ganharam notoriedade, a partir da criação de dispositivos legais que corroboram para a inclusão desta temática no âmbito escolar.

A Constituição Federal de 1988 (CF), assegura aos povos originários o direito de manter a sua alteridade cultural e institui, como dever do Estado, a tarefa de proteger estes grupos. Estamos chamando de povos originários, os primeiros habitantes territoriais, e, especificamente indígena, denominação imposta pelos colonizadores aos povos originários ocupantes do continente americano. Na tentativa de difundir e valorizar a contribuição desses povos originários nas áreas social, econômica e política para a formação da nação brasileira, foi sancionada a Lei nº 11.645/2008, modificada a partir da Lei nº 10.639/2003. Esta nova lei estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, incluindo no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História

1. Parentes: forma de tratamento entre os indígenas de diferentes etnias.

e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, sendo ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras” (BRASIL, 2008).

Segundo Borniotto (2016), apesar da existência desta lei, há ausência de políticas efetivas para a formação dos professores, bem como ausência de recursos didáticos para o trabalho dos professores nesta temática. Rosa (2012) indica que apesar dos esforços dos professores na realização do trabalho pedagógico sobre cultura indígena, muitas vezes, este trabalho é realizado erroneamente, atribuindo aos índios papel caricato. Essa distorção resulta num sentimento de cultura nacional através da supressão das diferenças de raça, etnia, crença e língua, apresentando o indígena como selvagem, atrasado, ingênuo e congelado no tempo, em narrativas muito generalizantes, que demonstram visões estereotipadas.

Esses dois entraves nos indicam a dificuldade do trabalho com uma temática que deveria ser mais popularmente difundida em nossas escolas e estimulada na formação de professores. Isto se deve ao fato de que a criação de uma legislação, garantindo a aplicação de um conteúdo representativo, como é a cultura indígena e africana, não é o suficiente para sua aplicabilidade. Outro documento que intenciona o trabalho de atividades culturais indígenas na educação básica brasileira é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ao longo do documento observamos referências que indicam o papel da escola no desenvolvimento de formação cultural, social e artística. No componente curricular de Educação Física, a BNCC apresenta três unidades temáticas que contemplam atividades de matriz indígena e africana: Brincadeiras e Jogos, Dança e Lutas.

A partir desta demanda, gerada por dispositivos legais e documentos normativos, este trabalho lança novos olhares para a temática de atividades culturais indígenas como um conteúdo fundamental para ser desenvolvido pela educação física escolar. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo apresentar uma proposta de atuação que introduz a cultura indígena como conteúdo para as aulas de educação física. Entendemos que desta forma fortalecemos o papel da escola na formação de cidadãos críticos, capazes de refletir sobre a realidade e nela atuarem, valorizando

a vida, a cultura e os estudos como ferramentas do desenvolvimento individual e coletivo.

Utilizamos Almeida (2011), Pinto e Grando (2009), Fassheber (2010), Ferreira e Vinha (2011), Grando (2010). Esses autores nos auxiliaram na organização, elaboração e planejamento dos jogos e brincadeiras, indicando regras, materiais e formas de atuação dos professores para aplicabilidade nas aulas de educação física. Esta revisão de literatura nos permitiu realizar um levantamento das atividades voltadas para a cultura indígena e contribuiu para compreendermos os princípios básicos para a sua valorização. Além disso, a participação das autoras nos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas² e as experimentações realizadas nas aulas de educação física do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, permitiram uma descrição das atividades culturais e as adaptações possíveis para a prática pedagógica.

PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS INDÍGENAS

Organizamos nossa proposta de trabalho para turmas de terceiro a quinto ano do ensino fundamental. A escolha por esta faixa etária foi baseada na BNCC, que indica atividades culturais indígenas como objetos de conhecimento, dentro de três unidades temáticas, sendo elas: Brincadeiras e Jogos, Lutas e Danças. Para este estudo, escolhemos a unidade temática Brincadeiras e Jogos para desenvolver nossa proposta, por se tratar de uma unidade na qual podemos iniciar a partir de conhecimentos prévios dos alunos. Sugerimos organizar um semestre para desenvolver a proposta das atividades que serão descritas, pois elas envolvem aulas de produção de material e experimentação.

2. Os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas é um evento internacional multiesportivo, que reúne atletas representantes de povos indígenas de diversos países. A participação das autoras se deu na primeira edição desses jogos, realizados em 23 de outubro a 1 de novembro de 2015, em Palmas, Tocantins. Neste evento as autoras tiveram a oportunidade de conhecer os jogos, brincadeiras e atividades culturais que são praticados como modalidades pelos indígenas, bem como suas regras e movimentos.

Desenvolvemos a proposta de trabalho de brincadeiras de matriz indígena pois permitem a produção e confecção de materiais³: peteca, bola de gude, arco e flecha, pião e zarabatana. A peteca pode ser feita com pano, jornal ou palha de milho. A bola de gude de argila ou barro (como é tradicional entre muitas tribos indígenas brasileiras). O arco e a flecha podem ser confeccionados com vareta de bambu, cabide e até papel. O pião com tampinha de garrafa e prego, garrafa pet ou vara de bambu e cabaça (comum em algumas tribos brasileiras). Já para fazer zarabatana podemos utilizar cano de PVC ou bambu.

Embora essas brincadeiras, sejam familiares aos alunos e professores, elas não são contextualizadas no universo da cultura de matriz indígena. “Os gestos, as posturas e as expressões faciais são criados, mantidos ou modificados em virtude de o homem ser um ser social e viver em determinado contexto cultural (MATTOS e NEIRA, 2013, p. 28). Assim como qualquer outra prática corporal, as brincadeiras também são resultado de produção cultural e saber estabelecer essa relação é fundamental na prática docente. Entendemos que ao introduzirmos esse conteúdo, devemos ressignificar essas brincadeiras, atribuindo a origem e as novas possibilidades de utilização.

Pensando nisso, indicamos iniciar a temática com a peteca. A peteca pode ser iniciada com a técnica do manuseio, jogo tradicional em duplas ou grupos e posteriormente no jogo Peikrân, original do povo kayapó. Com a bola de gude, podem ser apresentadas as formas que até hoje são apresentadas nas diferentes regiões do Brasil e posteriormente utilizar o material para um jogo de tabuleiro tradicional do povo Bororó, o Adugo. O pião e a zarabatana indicamos apresentar aos alunos como é jogado pelos indígenas e as diferentes formas de utilização já conhecida, reforçando a ideia de ancestralidade e cultura.

Para trabalho com arco e flecha, indicamos que o professor converse com os alunos para diagnosticar o conhecimento que os alunos têm em

3. A descrição da confecção desses materiais foi resultado de experimentações em aulas de educação física ministradas aos alunos do quinto ano da professora Juliana Peres, docente do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

relação a este material. Através de uma roda de conversa, o professor pode perguntar se algum aluno já viu alguma competição utilizando o arco e flecha? Se algum aluno já teve a oportunidade de manusear algum material parecido? Assim, o professor deve contextualizar que o arco e a flecha, apesar de ser atualmente uma prática tradicional esportiva, ele é usado por muitos povos indígenas como arma na atualidade.

Em seguida, indicamos ressignificar a brincadeira arco e flecha mostrando as formas que diferentes tribos utilizam: no Kaipy (tradicional do povo Gavião Parkatêjê e Kiykatêjê do sul do Pará), os atletas miram o arco e flecha no caule da folha da planta buriti, fixada bem perto do chão; o Ywa Ywa (povo Yawalapti) tem por regra um grupo de crianças lançar um aro circular feito de fibra de buriti que rola no chão enquanto outro grupo tenta atingir este aro. O Ta (tradicional do povo Kalapo) é o nome da brincadeira e também o nome de uma roda de palha recoberta com cortiça de embira e o objetivo do jogo é acertar este aro. Este jogo é praticado por duas equipes, dispostas em fileiras. Um jogador assume a função de lançador e atira o brinquedo pelo ar na direção do time adversário. À medida que o Ta, entra em contato com o chão e passa em grande velocidade pela frente dos jogadores do time adversário, eles tentam, um após outro, acertá-lo com suas flechas.

Há também outras formas do arco e flecha nas diferentes tribos indígenas, que podem ser feitas por duas equipes como é o caso da Jawari (tradicional dos povos indígenas habitantes do Alto Xingu), da Kagót (tradicional dos povos Xikrin e Kayapó do Pará) e da; Kagót (tradicional dos povos Xikrin e Kayapó do Pará) e Jawari (tradicional dos povos indígenas habitantes do Alto Xingu). Essa é uma modalidade que utiliza a flecha e é jogada por duas equipes de cada lado. As flechas são preparadas sem a ponta, substituídas por um invólucro de palha ou coco, de maneira que não causem ferimentos ao atingir o competidor (na escola podemos usar EVA para essa proteção). Um atleta de cada equipe vai ao centro do campo, ambos com uma flecha na mão, e provoca o adversário. Um deles toma a iniciativa de procura acertar oponente com o lançamento da flecha. Ganha quem acertar primeiro.

Nossa proposta de atuação também contempla as brincadeiras matriz indígena que não

utilizam materiais e demandam pouca necessidade de adaptação ao espaço escolar: Arranca mandioca tradicionais dos povos Guarani e Xavante, Heiné Kuputisü, O'ta i inyu (gavião e galinha), Toloí Kunhügü que fazem parte do povo Kalapalo.

A atividade arranca mandioca, inicia com a formação das crianças em dois grupos. Um grupo será a “mandioca” e permanecerá sentado formando uma fila. O primeiro aluno nesta fila se agarra na “árvore”, que pode ser a trave do gol ou outro objeto fixado no chão, o restante se segura pelos braços envolta do tronco da criança da frente. O outro grupo tem o objetivo de “arrancar as mandiocas”, ou seja, retirar uma criança de cada vez da fila. O primeiro da fila é quem dá permissão para que sejam retiradas as “crianças-mandiocas” da fila. E assim, começa o trabalho de soltar cada criança. O professor deve realizar algumas adaptações e combinados para manter a segurança dos alunos. Como sugestão, o professor pode estabelecer um tempo para que um grupo consiga “arrancar a mandioca”, também pode permitir cosquinha como forma de facilitar o arranque.

Na brincadeira Heiné Kuputisü os participantes devem correr num pé só, e não podem trocar de pé. O professor deve criar uma linha para ser a largada e outra para ser a meta. Se o aluno conseguir ultrapassar a meta é considerado um vencedor. Na brincadeira original indígena, o índio que não conseguir alcançar a meta, deve treinar mais porque não tem a capacidade esperada. Sugerimos que o professor trabalhe uma distância considerada ideal para que todos os alunos consigam, mas devem explicar como essa brincadeira é realizada na cultura indígena. Outra adaptação que pode ser feita pelo professor e estabelecer com os alunos que o vencedor será o que tiver mais resistência e for o último a colocar os dois pés no chão.

O O'ta i inyu (gavião e galinha) é uma atividade na qual uma criança é escolhida para ser o gavião, ave forte e predadora de pintinhos. Outra criança representa a galinha, que fica de braços abertos, tendo atrás de si todos os seus pintinhos. O gavião corre para tentar “comer” um dos

pintos, mas só pode pegar o último. O aluno que gavião pegar deve sair da brincadeira. O aluno que está como galinha tenta evitar e corre impedindo que o gavião pegue seus pintinhos. Nesta brincadeira o professor pode fazer combinados e adaptações sobre a forma como o aluno-gavião vai pegar os pintinhos e o que pode ser feito com os alunos que foram pegos pelo gavião.

Na brincadeira Toloí Kunhügü as crianças desenham uma árvore com vários galhos e cada uma escolhe aquela que será o seu ninho, para fugir do gavião. Este desenho pode ser feito com giz no chão do pátio ou da quadra. Para a brincadeira começar, os passarinhos devem ir até um ponto comum e chamar pelo gavião. O professor deve estabelecer, em conversa com os alunos, o ponto que os passarinhos devem ficar e como será este chamado. O aluno que ficará como gavião deve correr para tentar pegar o máximo de passarinhos que conseguir. Os passarinhos podem se proteger em seus ninhos, mas se forem pegos, serão levados para o ninho do gavião, de onde não podem mais sair. O vencedor é o último passarinho restante que, como prêmio, vira o próximo gavião e o jogo recomeça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou contemplar um conteúdo que busca resgatar as origens culturais de muitas brincadeiras que conhecemos e ensinamos, mas que estabelecem uma relação com os povos indígenas. Embora haja uma legislação e dispositivos normativas que fundamentam e estimulam o trabalho da cultura africana, afro-brasileira e indígena no âmbito escolar, ainda há muito desafios para a efetividade deste conteúdo na prática docente. No caso específico da educação física escolar, esse conteúdo nos permite inúmeras possibilidades de desenvolvimento de atividades culturais e nos ajuda a compreender a sua relação com as brincadeiras e jogos que conhecemos hoje.

Entendemos que a educação física escolar enquanto disciplina que lida diretamente com o corpo, permite desenvolver um trabalho

voltada para a cultura corporal do movimento, destacando as origens e transformações dos jogos, brincadeiras e as danças. Por isso, é de suma importância que os professores tenham a clareza da importância de transformar a cultura exclusivamente esportivizante encontrada nas escolas, transcendendo para uma educação mais plural e multicultural. Acreditamos que seja possível, através do aqui exposto, seguir uma proposta pedagógica efetiva para a inclusão de conteúdos mais plurais, não só em relação a cultura indígena, mas para o trabalho com a maior possibilidade de culturas possíveis. Assim teremos uma educação verdadeiramente voltada para a formação integral do ser humano, papel fundamental de toda escola.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. J. M. As práticas corporais e a educação do corpo indígena: a contribuição do esporte nos jogos dos povos indígenas. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 32, n. 2-4, p. 59-74, dez. 2010.

BANIWA, G.. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

BORNIOTTO, M. L. S. A Lei Federal no 11.645/2008 e as pesquisas sobre formação e atuação de professores no período de 2008 a 2014. In: REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ANPED: Educação, movimentos sociais e políticas governamentais. Curitiba. **Anais do Congresso**: ANPED Sul, 2016.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. Brasília, 2017.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

_____. **Lei nº11.645 de 10 de março de 2008**. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

FASSHEBER, José Ronaldo Mendonça. **Etno-desporto indígena: a Antropologia Social e o campo entre os Kaiingang**. Brasília: Ministério do Esporte/ 1º Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social, 2010.

FERREIRA, M. B. R.; VINHA, M. (Org.). **Celebrando os jogos, a memória e a identidade: XI Jogos dos Povos indígenas**, Tocantins, 2011. Dourados: UFGD, 2015.

GRANDO, B. S. (Org.). **Jogos e Cultura indígenas: possibilidades para a educação intercultural na escola**. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

PINTO, L. M. S. M. **Brincar, Jogar, Viver: IX Jogos dos Povos Indígenas**. Cuiabá: Central de Texto, 2009.

ROSA, M. S. B. **As representações dos indígenas no livro didático de história do ensino fundamental I (1o ao 5o ano) do ensino público de campo grande**. 2012. 160f. Dissertação (Mestrado) – Curso em Educação, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2012.

Recebido: 25 maio 2019

Aprovado: 18 agosto 2019

Endereço eletrônico:

Luiza Moreira

lmluizamoreira@gmail.com